

III Jornada Brasileira de Educação e Linguagem
XII Jornada de Educação de Mato Grosso do Sul
III Encontro dos Mestrados Profissionais em Educação e Letras

Tema: **IMPACTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS
NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

UEMS, Campo Grande, Brasil - 06 a 08 de junho de 2018



A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: ENSINO DE ARTE NAS ESCOLAS, AINDA É UMA COISA POSSÍVEL?¹

Prof. Dr. Marcos Antônio Bessa-Oliveira
(UEMS/NAV(r)E)

Resumo: O Ensino de Arte na Educação Básica brasileira sempre foi motivo de discussões entre os especialistas da Área no que se refere às especificidades das diferentes linguagens artísticas: Dança, Teatro, Artes Visuais e Música (no que tange às mais comuns), mas, na atualidade, também incluiu-se nas últimas discussões, considerando a BNCC – Base Nacional Comum Curricular –, o Cinema, a Performance, o Circo e até mesmo a Literatura. No Caso desta última, em Mato Grosso do Sul, por exemplo, já com implementação da Base, fora excluída do lugar de disciplina e tornou-se conteúdo de Língua Portuguesa em algumas cidades. Discuti-se agora, privilegiada aqui neste trabalho, a questão do referido Documento ter retirado o status de Área de Conhecimento das Linguagens Artísticas como Saber (Arte), atribuindo-lhes apenas o lugar de “Componente Curricular” a serviço do “desenvolvimento de competências” (BNCC, 2017) dentro de outra Área denominada então de “Linguagens”. Deste modo, se durante os muitos momentos das discussões anteriores a divisão da Área de Arte em diferentes linguagens como Disciplina parecia ser o fortalecimento daquela, diferentemente agora com a aprovação da BNCC somos obrigados a dizer que a própria Área de Arte foi destituída do seu lugar de importância na formação básica brasileira porque, talvez, houve ali nas discussões um enfraquecimento com as separações das linguagens. Neste sentido, queremos propor, de diferentes perspectivas – seja pensando a partir das diferentes linguagens, seja a partir da leitura de intelectuais e de documentos parecidos aqui e em outros países – uma discussão dos caminhos possíveis que devem ser tomados de agora em diante para reestabelecermos à Área de Arte o seu lugar de direito: a formação do sujeito através de um saber sensível, estético, social, histórico e cultural com profissionais competentes e com formação acadêmica e profissional nessas diferentes linguagens sem ser tecnicista e menos ainda polivalente.

Palavras-chave: Ensino de Arte. Base Nacional Comum Curricular. Linguagens Artísticas.

Introdução

O ensino de Arte brasileiro tem, desde os primórdios com a chegada da Coroa, percalços de adaptação: tanto nas técnicas e linguagens, tanto quanto nas metodologias e

documentos norteadores e também nas diferentes linguagens artísticas ensinadas. No início passamos, através da arte, por ensinamentos de doutrinas religiosas; em seguida por ensinamentos que tiveram as demandas políticas da Coroa como norteadoras das temáticas artísticas; tivemos as técnicas artísticas desenvolvidas na Europa, trazidas por Missões Artísticas, implementadas na Colônia, a partir de temas da paisagem brasileira, norteando as práticas do ensino de Arte; mais tarde tivemos um ensino norteado por técnicas que privilegiavam a função técnica cotidiana da arte nas escolas brasileiras recém-inauguradas; depois tivemos um “ensino” deliberadamente censurado no Brasil nas diferentes disciplinas. Por fim, sem encerrar a questão, passamos a ter experimentos didático-pedagógicos, metodológicos e teóricos no ensino de Arte no Brasil, até os dias de hoje, trazidos por diferentes intelectuais brasileiros que foram estudar fora. Nesta ceara de experimentos, impedimentos e imposições de possibilidades ao ensino de Arte no Brasil, estamos hoje situados em lugares retroagidos ao passado e que fazem previsões nada boas para o futuro.²

Mas tomando da questão que ora nos interessa, o atual Ensino de Arte no Brasil em virtude da efetivação da BNCC – Base Nacional Comum Curricular – confirmada para nortear a Educação brasileira no final de 2017. Assim, e como não poderia ser diferente, já que o Ensino de Arte passou por tantas mudanças no Brasil ao longo da sua própria história, muitos pesquisadores importantes da Área do Ensino de Arte no Brasil fizeram, por muitos anos, até por volta de 2016, uma defesa considerável da proposição em tornar Disciplinas as quatro linguagens artísticas mais tradicionais ensinadas: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. Mas, de algum tempo para cá, especialistas de outras linguagens das artes (Cinema, Performance, o Circo e a Literatura) começaram a debater as possibilidades dessas também se tornarem Disciplinas dentro das Escolas brasileiras de Educação Básica tendo em vista a abertura dessa possibilidade posta pelas discussões nas outras linguagens. Para atender a essas demandas, vários cursos universitários de licenciatura nas diferentes linguagens – à distância e presencialmente – foram criados em Universidades Públicas e Privadas de Norte a Sul e de Leste a Oeste pelo Brasil. A intenção primeira dessas discussões foi que a Educação Básica no Brasil, no que se refere à Disciplina de Arte, que daquele momento em diante seria “divida” no mínimo em outras quatro, fosse ministrada por professores capacitados a ofertarem o Ensino de Linguagens como Disciplinas. Ou seja, passaríamos a ter profissionais formados em Artes Visuais, Dança, Música e Teatro – licenciados e habilitados na linguagem – ministrando aulas em suas respectivas disciplinas. Diferente do que tínhamos até o ano de 2016 – antes das discussões com a proposição da BNCC – em que professores, quase sempre

habilitados em uma das Linguagens, ministravam as aulas na Disciplina de Arte como especialista, mas tratando como leigo das outras Linguagens diferentes à da sua formação; naquele momento corrigiríamos erros históricos no Ensino de Arte no Brasil.

A organização do ensino artístico de grau superior antecedeu de muitos anos sua organização a nível primário e secundário, refletindo uma tendência geral da Educação Brasileira, envolvida desde o início do século XIX na preocupação prioritária com o ensino superior, antes mesmo de termos organizado nosso ensino primário e secundário.

Procurava-se justificar tal preocupação argumentando que o ensino superior era a fonte de formação e renovação do sistema de ensino em geral como um todo. (BARBOSA, 1999, p. 15)

Da Educação Colonial às Pedagogias mais recentes, incluindo aí a Arte-Educação como a última epistemologia no Ensino de Arte brasileiro, várias proposições foram feitas nas discussões no Brasil, e fora dele, a fim de sanar problemas como o fato de não termos docentes especialistas na Disciplina de Arte num momento, ou a polivalência que, por último, foi o problema que mais provocou a possível instauração das Linguagens artísticas como disciplinas. No caso desta última questão, a polivalência, tratava-se, *grosso modo*, de um professor especialista, na grande maioria habilitado em Educação Artística (que tinha na graduação uma formação generalista, quase sempre, nas quatro linguagens tradicionais de Arte), mas este ainda sendo sempre obrigado a ministrar todas as demais Linguagens, ainda que leigo nelas, como professor regente. Portanto, a premissa de que o fortalecimento das Linguagens como Disciplina da Área de Arte imperou (separadamente), especialmente nas discussões dos especialistas da Área já sob a insígnia da Arte-Educação, uma vez que em tempo breve teríamos formado uma grande parcela de especialistas nas diferentes Linguagens graças aos novos cursos que foram criados; bem como tomou força também a ideia de que sendo Disciplinas, as Linguagens artísticas abririam caminhos para trabalhos transversais serem realizados entre essas Linguagens a partir da prática docente por especialistas na regência. De modo bastante frustrante, a BNCC acaba por impetrar, a contra gosto da grande maioria dos especialistas da Área de Arte, a derrocada da ideia de ter as Linguagens artísticas, ainda que as básicas e mais tradicionais, como Áreas de Conhecimentos e ainda torna essas – Área Disciplinar e Linguagens Artísticas – apenas “Componente Curricular” e a serviço do “desenvolvimento de competências” (BNCC, 2017) técnicas no alunado.

Na BNCC, a área de conhecimento Linguagens é composta pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e, no Ensino Fundamental – Anos Finais, Língua Inglesa. (BNCC, 2017, p. 59)

Igualmente, ainda está apresentado no texto do documento que esses “Componentes Curriculares” estão “programados” para “expandir” as práticas dessas linguagens que, na verdade, são as “novas” Áreas do Conhecimento na Educação brasileira e que congregam as antigas disciplinas, por nós conhecidas, sem levar em consideração o critério de especificidades das linguagens artísticas, por exemplo.

Ao longo do Ensino Fundamental, os componentes da área de Linguagens organizam as aprendizagens relativas à expansão das possibilidades das **práticas de linguagem**, com vistas à ampliação de capacidades expressivas, à compreensão de como se estruturam as manifestações artísticas, corporais e linguísticas e ao reconhecimento de que as práticas de linguagem são produtos culturais que organizam e estruturam as relações humanas. (BNCC, 2017, p. 60) (Grifos dos autores)

Do mesmo jeito, “Desde que o texto foi apresentado, vários profissionais e entidades educacionais estão trabalhando na reformulação da proposta. No caso específico da disciplina Arte, a maior discussão girou em torno do texto preliminar apresentar as linguagens dança, teatro, música e artes visuais como subcomponentes.” (BOLETIM ARTE NA ESCOLA, 2016 p. 01) Já advertia o Boletim do Projeto Arte na Escola de março de 2016 o que veio a ser confirmado com a publicação da versão final do texto da Base em fins de 2017.³ Portanto, as milhares de discussões causadas em torno dessa questão Base parecem que não foram ouvidas por aqueles (o MEC) que trataram a Disciplina de Arte como conteúdo de área, uma vez que esta passa a ser, desde 2017, conteúdo que não demandasse mais uma especificidade para sua prática de ensino na Escola de Educação Básica. Pois, ainda segundo o Boletim, milhões de opiniões/sugestões foram postadas nos espaços a elas destinados sobre a questão, a fim de contribuir com a elaboração do Documento “base” da BNCC. Mas, diante do publicado, vemos que de quase nada adiantou as “5 milhões de sugestões” que solicitaram mudanças nessa redação do texto da Base. Pois, como se lê a seguir

Na BNCC, o Ensino Fundamental (assim como o Ensino Médio) está organizado em quatro **áreas do conhecimento**. Essas áreas, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, “favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes **componentes curriculares**” (BRASIL, 2010). Elas se intersectam na formação dos alunos, embora se preservem as especificidades e os saberes próprios construídos e sistematizados nos diversos componentes.

Nos textos de apresentação, cada área de conhecimento explicita seu papel na formação integral dos alunos do Ensino Fundamental e destaca particularidades para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Ensino Fundamental – Anos Finais,

considerando tanto as características do alunado quanto as especificidades e demandas pedagógicas dessas fases da escolarização. (BNCC, 2017, p. 25) (Grifos dos autores)

Quer dizer, com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (2017), a Disciplina Arte deixa de ser Área de Conhecimento, passando a tornar-se dentro do Ensino Fundamental bem como no Ensino Médio – nos Anos Iniciais (de 1º ao 5º ano) e nos Anos Finais (do 6º ao 9º ano) – “Componentes Curriculares” na Área de Conhecimento “Linguagens”; sendo que está ainda engloba Língua Portuguesa, Educação Física e Língua Inglesa ao lado de Arte como mostrado antes. Aí, portanto, justifica falarmos de um enfraquecimento da Área de Arte, nas suas diferentes Linguagens – Dança, Teatro, Artes Visuais e Música (no que tange às mais comuns), mas também incluiu-se o Cinema, a Performance, o Circo e até mesmo a Literatura (tendo em vista que esta é agora conteúdo do “Componente Curricular” “Língua Portuguesa” e não mais Disciplina como o era em algumas localidades do País (graças aos seus muitos cursos de Pós-graduação em Literatura de diferentes especificidades que se perguntam agora quais serão suas finalidades)) – uma vez que todas essas acabaram por perder, considerando a BNCC – Base Nacional Comum Curricular (2017) seu almejado lugar de saber disciplinar curricular nas Escolas brasileiras.⁴

Por conseguinte, tomando de tudo isso, a questão basilar dessas discussões é pensar em diferentes perspectivas possíveis para as distantes Linguagens da Arte no Ensino Básico de Arte no Brasil. Especialmente a partir de abordagens de intelectuais e de documentos parecidos ao da BNCC do Brasil e em outros países, sobretudo a fim de lutarmos para o restabelecimento da Área de Arte ao seu lugar de direito: a formação do sujeito através de um saber sensível, estético, social, histórico e cultural, transversalmente tomando das práticas artístico-culturais nas diferentes linguagens, com profissionais competentes e com formação acadêmica e profissional nessas diferentes linguagens. Pois, como também parece reforçar o documento da Base, entre outros discursos que estão tentando se empossarem das escolas (“Escola sem Partido”, “Lei da Mordça”), a formação tecnicista já foi tentada e não deu certo. E, igualmente, parece que o documento reforça uma questão que menos ainda deve ser resgatada no Ensino de Arte no Brasil: a polivalência.

A natureza da separação que faz a união

As pesquisas que desenvolvemos nas instituições de ensino nas quais somos vinculados, especialmente aquelas relacionadas à educação escolar oficial – do ensino primário (pré-escolas) ao ensino superior (pós-graduações) – sempre pareceram, a meu ver, estarem muito distantes das realidades desses campos de observação/investigação dessas pesquisas (escolas e/ou universidades)!? Esta afirmativa/interrogativa tem, desde sempre, norteado as minhas investigações teóricas e práticas sobre o Ensino de Arte no Brasil desde que me enveredei mais para este lugar do que para o lugar das práticas artísticas como campo especulativo – investigação dos meus próprios processos do fazer arte. Hoje desenvolvo pesquisas teóricas e práticas sobre Arte – ensino, pesquisa e prática –, mas confesso que pesquiso mais no universo das teorias, sobre ensino e pesquisa teórica, em Arte, que especificamente no âmbito investigativo-prático artístico. Dessa forma, me parece que nossas pesquisas nunca, ou quase nunca, para não generalizar, surtem efeitos reais naquelas instituições que são nossos focos primeiros. Ou que ao menos deveriam ser o lugar desses!

Tal afirmativa ainda, a de que nossas pesquisas parecem estar distantes de efetivamente oferecerem resultados práticos às instituições de ensino brasileiras, consolida-se uma vez que os problemas na formação de professores, no trabalho docente desses professores e o ensino de arte, meu caso em particular, continuam tendo problemas já apresentados por muito tempo e vezes no Brasil. Desde muito tempo, ao contrário de afirmativas que ressaltam uma efetividade das pesquisas teóricas institucionais, o Brasil enfrenta problemas de ordem cronológica, temporal e repetitivamente constantes na relação Educação e Sociedade; Educação e Escola; Educação e Políticas para a Sociedade; Educação e políticas e sustentação da Escola; e, igualmente, Políticas sérias de Educação. Quero dizer, as várias pesquisas departamentais levantam problemas, dizendo retirá-los dos lugares exatamente para onde as respostas deveriam retornar – as Escolas e a Sociedade – e esses problemas parecem não ter soluções porque as respostas levantadas não se efetivam como deveriam na Escola e para a Sociedade. Portanto, não há, a meu ver, uma efetividade das pesquisas que desenvolvemos em relação aos problemas da Educação brasileira.

Esta observação não tenta, também, fazer julgamento de valores desta ou daquela pesquisa sobre a Educação. Mas quer com isso, de certo modo, alertar para o fato de que alguns problemas que se repetem sim, ao longo de muitos anos na Educação brasileira, talvez já pudessem ter sido sanados lá em seus nascedouros se de fato as pesquisas realizadas se

voltassem para os seus problemas primevos: as instituições de ensino. Ao contrário, parece que há nas instituições que nos vinculamos como professores/pesquisadores um debate e embate entre este ou aquele teórico/teoria que melhor pensa – única e exclusivamente na teoria, nunca na prática – aquele problema que está no dia a dia da instituição escolar brasileira. Um ranço egocêntrico impera nas pesquisas acadêmicas que impede que essas se voltem para nosso alunado, nossas escolas e nossa sociedade como um todo, visando tratar as questões problemáticas. A verdade é que impera um Nerismo nas instituições e professores/pesquisadores querem mais é colocar fogo nas escolas e assim morrer como mártir da educação brasileira através das suas pesquisas teóricas. Do mesmo modo, as pesquisas parecem que empurram os problemas reais anos a anos para frente e não buscam resolvê-lo nos momentos em que surgem.

Nesse sentido, apesar de discordar em muitos outros pontos da argumentação de Nilda Alves em recente texto publicado sobre a BCNN – “**PNE, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os cotidianos das escolas: relações possíveis?**” (2018) –, sou obrigado a pactuar da sua ideia de que temos muitos trabalhos na Educação brasileira que são “*práctasteorias*” que, muitas vezes, penso eu, não servem de quase nada na prática diária das instituições de ensino. As descreve assim Alves, as diferentes “práticas” que não passam de teorias:

Essas redes educativas são, até o momento, assim identificadas: a das ‘*práctasteorias*’ da formação acadêmica; a das ‘*práctasteorias*’ pedagógicas cotidianas; a das ‘*práctasteorias*’ das políticas de governo; a das ‘*práctasteorias*’ coletivas dos movimentos sociais; a das ‘*práctasteorias*’ de criação e “uso” das artes; a das ‘*práctasteorias*’ das pesquisas em educação; a das ‘*práctasteorias*’ de produção e ‘usos’ de mídias; a das ‘*práctasteorias*’ de vivências nas cidades, no campo e à beira das estradas. (ALVES, 2018, p. 51)

Na verdade, também a meu ver, parece que são práticas teóricas que, veridicamente, não resolvem nada na prática cotidiana que é tão problemática nas escolas e nas universidades. Em que, no caso das teorias, vislumbram um mundo perfeito inatingível, e, as instituições que esperam por serem auxiliadas, continuam a mercê das políticas e/ou “*práctasteorias*” que poderiam de fato auxiliá-las. Isto mostra que as pesquisas brasileiras tomaram um lugar de estrelato que a Educação está longe de ocupar.

Mas como a ideia aqui não é, como já disse antes, atribuir valores a esta ou aquela pesquisa, apenas quis deixar a questão para reflexões futuras, me volto agora para a Base Nacional Comum Curricular aprovada em 2017 e à situação do Ensino de Arte a que aquela

agora regulamenta. Assim, a minha preocupação neste trabalho é tentar dar conta de explicar/argumentar sobre alguns pontos equivocados, ainda que sem esgotar a questão, da providência da BNCC nas escolas da educação pública brasileira, especialmente em Campo Grande-MS, em relação ao ensino de Arte que passa a ser “Componente Curricular” de Linguagens ao invés de área de conhecimento como fora nos últimos anos. Desta feita, o ensino de Arte passou a ser desobrigado nas escolas da rede pública estadual, pelo menos em Campo Grande-MS, já que a Linguagem contempla vários outros conteúdos possíveis, e a BNCC deixou também a cargo das escolas a escolha do professor, da linguagem específica, que essas preferirem como “regente” – se é que ainda vai existir esta nomenclatura ao professor, já que toma este nome o professor de formação da área da disciplina – da linguagem artística que essas determinarem.

É bom dizer: a escola determina o conteúdo da Área Linguagens que será contemplado, bem como determinará, se ainda quiser conteúdos de Arte nas aulas, a linguagem artística que será contemplada. Desse jeito posto, poderemos ou não ter o conteúdo Arte ofertado na referida Linguagem. Poderemos não ter professores aptos nas diferentes linguagens artísticas. Não teremos as quatro linguagens básicas – Artes Visuais, Dança, Música e Teatro – sendo ofertadas nas escolas. Ou teremos a oferta de uma única linguagem predeterminada pela formação do professor desta na escola. Ou, pior ainda, poderemos ter a retomada da Polivalência através do “Componente Curricular” Arte. Esses, subscritos, dentro de “Unidades Temáticas”, que norteiam suas profundidades e/ou superficialidades: um professor obrigado a ministrar as várias linguagens artísticas em uma única situação sem ter formação específica nessas. Igualmente, como postula o próprio nome do documento – Base – , onde a ideia é dar a mesma formação para todas as situações culturais e sociais diferentes no país, poderemos ter ou não um ensino equilibrado e não privilegiado de acordo com essas mesmas situações culturais e sociais. Também é importante dizer que poderemos ter um ensino de Arte, por exemplo, com perspectivas políticas diferentes de acordo com a situação cultural e social das escolas. Pois, ainda que não tenha observado antes, a Base “promete” valer para a educação pública e privada.⁵

Respeitando as muitas possibilidades de organização do conhecimento escolar, as **unidades temáticas** definem um arranjo dos objetos de conhecimento ao longo do Ensino Fundamental adequado às especificidades dos diferentes componentes curriculares. Cada unidade temática contempla uma gama maior ou menor de **objetos de conhecimento**, assim como cada objeto de conhecimento se relaciona a um número variável de habilidades, [...]. (BNCC, 2017, p. 27) (Grifos dos autores)

Sobre a questão do próprio nome do documento – Base Nacional Comum Curricular – devo argumentar ainda que as especificidades culturais, sociais, políticas das diferentes comunidades nacionais brasileiras – sem levar a questão para o lado político-econômico brasileiro – impedem uma padronização de conteúdos. Do mesmo jeito, as especificidades das linguagens artísticas, novamente, impossibilitam a padronização da aplicabilidade dos conteúdos de Arte através de documentos normalizadores, antevendo, sem que caíam essas práticas, não tendo o professor formação docente decente na linguagem específica, na polivalência ou na repetição histórica que faz anos vem acontecendo no Ensino de Arte no Brasil. É certo isso, por exemplo, ao depararmos nas escolas com conteúdos disciplinares, trazidos pela disciplina de Arte com currículo sempre ancorado na História da Arte, que não condiz com a realidade dos alunos das escolas públicas brasileiras. Do mesmo jeito, de Artes Visuais ao Teatro, quando ensinados nas aulas de Arte, o conteúdo repete exatamente o que está posto nos livros didáticos que não trazem nada além de História da Arte europeia e quando muito estadunidense.

Neste ponto, talvez devesse dizer que uma “Base Comum” ao ensino de Arte, por exemplo, nas escolas brasileiras, de certa forma, não seria de todo um problema. Haja vista que isso possibilitaria, de algum modo, o acesso a diferentes conteúdos programáticos de Arte, se pensados coerentemente a partir das demandas das culturas nacionais brasileiras, aos quais conteúdos o alunado, na grande maioria, não tem acesso. Mas como de boa vontade o inferno está cheio! A premissa primeira que parece promover a Base ai posta é que os *componentes curriculares* serão trabalhados ao bel prazer das escolas e professores. E isso, de modo bastante conhecido na educação brasileira, sabemos que não funciona desde sempre nem quando foram obrigados a trabalhar determinados conteúdos. Imaginemos, então, agora que são desobrigados! Pois, a demanda da Educação atual no Brasil é por conteúdos mais dinâmicos e circunstanciados aos diversos cotidianos dos alunos. Uma vez que como veio sendo imposto historicamente o currículo escolar, talvez esse tenha sido o caminho que percorremos e que acabou por levar a execução efetiva hoje de uma BNCC, que não funcionava faz muito tempo e que na atualidade está cada vez mais difícil conseguir, ao menos, manter os alunos dentro de sala de aula. Dirá oferecer aprendizado através de um monotipo de ensino!

Considerações Finais

A BNCC está posta como um documento que deve regular – “horizontalmente” – o Ensino nas Escolas do Brasil. Minha preocupação é que, na grande maioria das proposições, contra e a favor do texto, pontos relevantes não são suscitados. 1) A relação entre Escola Pública e Escola Privada, mesmo com a Base, vai continuar existindo em distorção da primeira como fraca e da segunda como melhor. Pois, como já demonstrado, as instituições privadas recebem e investem, para continuar recebendo, muito mais recursos financeiros diretos que as instituições públicas. 2) As classes mais abastadas, assim, continuaram tendo acesso a um melhor conteúdo de Arte, por exemplo, que classes sociais desprivilegiadas. Pois, nessa última relação, estará estabelecida uma dicotomia antiga: direitos distintos a quem pode e a quem não pode, uma vez que esses tomaram das situações/condições e decisões de oferta ou não, igual ou diferente, da escola e até dos professores desses “Componentes Curriculares” dentro das prováveis Linguagens. 3) Os conteúdos a serem “horizontalizados” e trabalhados nas diferentes escolas – econômica e culturalmente falando – são selecionados e instrumentalizados nessas escolas a partir de quais perspectivas teóricas, culturais, sociais, políticas e econômicas? 4) As linguagens artísticas disciplinares como as conhecíamos – Artes Visuais, Dança, Música e Teatro – serão abordadas de perspectiva nas escolas se essas estão elegendo determinado professor de linguagem específica? 5) Do mesmo modo, e as demais linguagens da arte que sequer conseguiram lugar nas escolas? Continuaram à margem da produção de conhecimento? Portanto, a fim de concluir as questões aqui tratadas, mas sem garantir que esgotei os fatos, quis chamar a atenção para pontos que parecem ainda não fazer parte das variadas discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular porque as pesquisas sobre o Ensino de Arte no Brasil também não conseguiram resolver os problemas desse nas escolas e nas universidades brasileiras.

Notas

¹ Este Trabalho é parte do Projeto de Pesquisa “Arte e Cultura na *Frontera*: “Paisagens” Artísticas em Cena nas “Práticas Culturais” Sul-Mato-Grossenses”.

² Sobre estas questões históricas do ensino de Arte apresentadas ver: BESSA-OLVIERA, 2010.

³ Há uma argumentação da grande maioria dos especialistas da Área Arte em dizer que o MEC, através das discussões promovidas na construção da Base – nos anos anteriores a aprovação/implantação do Documento –, usou das anotações expostas na sua página na internet, que na grande maioria eram opiniões contra vários pontos dos textos iniciais e aprovados hoje do Documento, sob a alegação de que foram feitas “amplas discussões” para aprovação do que hoje está imposto para as escolas, especialmente à Disciplina de Arte.

⁴ Esta questão da Literatura e dos vários Programas de Pós-Graduação em Literatura é bastante pertinente às discussões aqui expostas, tendo em vista que ela ilustra os caminhos prováveis de várias outras Disciplinas. Quer

dizer, considerando o despojamento da Literatura do lugar de Disciplina, os cursos de Pós-graduação vão continuar formando professores – mestres e doutores – para trabalharem em cursos de Graduação que vão formar a quem e para trabalharem onde? Se as escolas não têm mais a disciplina!

⁵ Sobre a questão da BNCC nas escolas privadas, reforço que estas não são o meu ponto de discussão. Pois, como é sabido, a educação privada passa por mais questões político-econômicas privilegiada que as escolas públicas, mas, de maneira diferente, conseguem oferecer atividades de ensino que a escola pública jamais vai dar conta de ofertar diante da condição econômica e política da educação que temos posta.

Referências

- ALVES, Nilda. “**PNE, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os cotidianos das escolas: relações possíveis?**”. In: AGUIR, Márcia Angela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes. (Orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018. p. 48-53.
- BARBOSA, Ana Mae. **Arte-Educação no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1999. (Estudos; 139 dirigida por J. Guinsburg).
- BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. **Ensino de Arte X Estudos Culturais: para além dos muros da escola**. São Carlos, SP: Pedro & João Editore, 2010.
- MEC – Ministério da Educação. **BNCC – Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf - acessado em: 05 de janeiro de 2018.
- MORO, Rosiane. “**POLÊMICA - O impacto da BNCC no ensino de Arte**”. In: **BOLETIM ARTE NA ESCOLA**. Edição #79, janeiro, fevereiro, março, 2016, p. 1-3. Disponível em: <http://artenaescola.org.br/boletim/materia.php?id=76307> – acessado em: 20 de dezembro de 2017.
- ZAMBONI, Silvio. **A pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciência**. 3ª 11d. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.